



# PREFEITURA PARÁ DE MINAS

## Diário Oficial Eletrônico do Município

Lei nº 6.590/2021

---

Pará de Minas, Minas Gerais, 08 de outubro de 2025 | Nº 907

---

### SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA ERRATA DE PUBLICAÇÃO DA PORTARIA Nº 24.329/2025

#### ERRATA DE PUBLICAÇÃO DA PORTARIA Nº 24.329/2025

O Prefeito de Pará de Minas, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 79, inciso VI da Lei Orgânica do Município;

Considerando também que, a Súmula nº 473 e 346 do Supremo Tribunal Federal, em que a administração pode rever seus próprios atos por conveniência e oportunidade;

Em virtude de erros materiais contidos na Portaria nº 24.329/2025, registramos as correções dos itens abaixo, que passam a vigorar com a seguinte redação:

**Onde se Lê:** " Art. 1º – Conceder a Simone Braga Gomes, ocupante da função de Agente Comunitário de Saúde, matrícula 5094, o gozo de 03 (três) meses de férias- prêmio referente ao 4º período adquirido, a partir de 06 de outubro de 2025. "

**Leia-se:** "Art. 1º – Conceder a Simone Braga Gomes, ocupante do cargo efetivo de Agente Comunitário de Saúde, matrícula 5094, o gozo de 03 (três) meses de férias prêmio – referente ao 4º período adquirido, a partir de 06 de outubro de 2025."

Fica mantido o conteúdo das demais disposições contantes na Portaria de nomeação original, que não foram objeto de retificação.

Esta Errata retroage seus efeitos em 06 de outubro de 2025.

Pará de Minas, 07 de outubro de 2025.

Ana Paula Couto Gomes

Secretária Municipal de Gestão Pública

Inácio Franco

Prefeito Municipal

**Publicado por:** Marina Leite Oliveira Heidenreich  
**Código identificador:** 15970

---

### SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA ERRATA DE PUBLICAÇÃO DO DECRETO Nº 14.084/2025

#### ERRATA DE PUBLICAÇÃO DO DECRETO Nº 14.084/2025

O Prefeito de Pará de Minas, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 79, inciso VI da Lei Orgânica do Município;

Considerando também que, a Súmula nº 473 e 346 do Supremo Tribunal Federal, em que a administração pode rever seus próprios atos por conveniência e oportunidade;

Em virtude de erros materiais contidos no Decreto nº 14.084/2025, registramos as correções dos itens abaixo, que passam a vigorar com a seguinte redação:

**Onde se Lê:** " Art. 1º – Torna-se estável no serviço público municipal de Pará de Minas o(a) servidor(a) *Jonathan de Oliveira Jardim*, matrícula nº 14.084, ocupante do cargo de Instrutor de Artes Manuais, empossado(a) em 07/03/2022."

**Leia-se:** "Art. 1º – Torna-se estável no serviço público municipal de Pará de Minas o(a) servidor(a) Jonathan de Oliveira Jardim, **matrícula nº 24.058**, ocupante do cargo de Instrutor de Artes Manuais, empossado(a) em 07/03/2022."

Fica mantido o conteúdo das demais disposições contantes no Decreto original, que não foram objeto de retificação.

Esta Errata retroage seus efeitos em 19 de setembro de 2025.

Pará de Minas, 07 de outubro de 2025.

Ana Paula Couto Gomes

Secretária Municipal de Gestão Pública

Inácio Franco

Prefeito Municipal

**Publicado por:** Marina Leite Oliveira Heidenreich  
**Código identificador:** 15974

## SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRONEGÓCIO, DESENVOLVIMENTO RURAL E MEIO AMBIENTE

### CONVOCAÇÃO - 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CODEMA DE 2025

#### 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CODEMA DE 2025

Conselho Municipal de Desenvolvimento Ambiental – CODEMA Pará de Minas – MG

### CONVOCAÇÃO

O Presidente do *Conselho Municipal de Desenvolvimento Ambiental – CODEMA Pará de Minas*, Antônio Marcos Lemos, no uso de suas atribuições legais e conforme condições definidas pelo Regimento Interno, estabelecido pela portaria nº 10.105/2017, convoca os conselheiros titulares e suplentes para a **6ª Reunião Ordinária de 2025**.

**Data:** 08 de outubro de 2025, quarta-feira

**Horário:** 16 h

**Local:** Sala Verde na Secretaria Municipal de Agronegócio, Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente. Localizada na rua Waldemar de Oliveira, 606 - Santos Dumont, Pará de Minas/MG.

**Pauta da reunião:**

**1) ABERTURA E COMUNICADOS**

**2) ANÁLISES DOS PROCESSOS:**

**PRO 448745/2023-Granja São Bernardino;**

**PRO 448744/2023-Granja São Bernardino;**

**PRO 6739/2024-Granja São Bernardino;**

**Moção de Aplausos ao conselheiro Idael Cristiano Almeida de Santa Rosa e Grupo Alterosa**

**3) PARECERES.**

**4) ENCERRAMENTO.**

Pará de Minas, 08 de outubro de 2025

Antônio Marcos Lemos

**Presidente do Conselho Municipal de Desenvolvimento Ambiental – CODEMA**

**Publicado por:** Raphaela Stéfanie Faria Lúcio  
**Código identificador:** 15982

---

**COMISSÃO DE LICITAÇÕES**

**ATA DE ABERTURA - PROCESSO: PRC N.º 222/2025 - CHAMAMENTO PÚBLICO N.º 009/2025**

**PROCESSO: PRC N.º 222/2025 - CHAMAMENTO PÚBLICO N.º 009/2025**

**ATA DE ABERTURA**

Às 09:00 (nove) horas do dia 07 (sete) de outubro de 2025, na Sala de Licitações, 3º andar da Prefeitura Municipal de Pará de Minas, reuniu-se a Comissão de Contratação conforme Portaria nº 24.184/2025, para análise das propostas ora protocolizadas referentes ao processo de **Chamamento n.º 009/2025, Processo (PRC) n.º 222/2025**, cujo objeto é a prospecção do mercado imobiliário local, com vistas à futura locação tradicional de imóvel para instalação da Unidade Básica de Saúde do Bairro São Pedro, neste Município, mediante coleta de propostas técnicas de imóvel residencial urbano que atenda aos requisitos mínimos especificados no edital. Aberta a sessão, presentes apenas os membros da citada comissão, foi constatado a apresentação de uma única proposta, protocolizada via sistema eletrônico deste município em data de 30 de setembro de 2025, por parte do senhor Nilson Carneiro de Castro, ofertando o imóvel situado à Rua João Mendes de Carvalho, 582, São Pedro, neste município, imóvel registrado sob a Matrícula 15.012, Livro 2BG, pelo valor mensal de R\$1.800,00 (um mil e oitocentos reais), proposta esta que segue anexa para ser juntada ao referido processo. O processo seguirá à análise da secretaria requisitante, para verificação do atendimento do imóvel proposto ao fim que se destina. Para constar, lavrou-se a presente ata, que vai assinada pelos membros da Comissão e que será publicada na íntegra, na forma da Lei, para conhecimento dos interessados no Diário Oficial deste município, sendo disponibilizada também no site [www.parademinas.mg.gov.br/licitacoes](http://www.parademinas.mg.gov.br/licitacoes).

Pará de Minas, 07 de outubro de 2025.

Anderson José Guimarães Viana  
Membro Portaria 24.184/2025  
Anderson Junio Pereira  
Membro Portaria 24.184/2025  
Ana Maria Alexandrino Oliveira  
Membro Portaria 24.184/2025

Publicado por: Victor Hugo da Silva Pinho  
Código identificador: 15975

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE  
CERTIDÃO DE ELIMINAÇÃO - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 01/2025

CERTIDÃO

Certifico que, após a devida publicação no Diário Oficial Eletrônico do Município, regido pela Lei nº 6.590/2021, o(s) **candidato(s) abaixo discriminado(s)**, aprovado(s) no Processo Seletivo nº 001/2025, foram devidamente convocados e decorrido o prazo para apresentação, **NÃO COMPARECERAM** para ciência da convocação e tomar conhecimento da relação dos documentos necessários à contratação para a função pública ao qual concorreu, estando, portanto, **ELIMINADOS** do referido processo.

Nome do Candidato	Cargo
LEONARDO ASSIS DE CASTRO	Médico ESF
THAMIRIS MARIA MENDES MENDONÇA SOARES	Médico ESF
CRISTIANE APARECIDA PEREIRA CAIRES	Psicólogo Projeto APS
DENISE SANCHES LOPES	Psicólogo
VANESSA AYRES TIBIRIÇÁ	Psicólogo

Pará de Minas, 08 de Outubro de 2025.

Gilberto Denoziro Valadares da Silva

Secretário Municipal de Saúde

Publicado por: Bárbara Alves Ferreira  
Código identificador: 15978

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE  
CONVOCAÇÃO - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 01/2025

CONVOCAÇÃO

Atendendo ao Edital nº 001/2025 do Processo Seletivo Simplificado da Secretaria Municipal de Saúde de Pará de Minas, cujo resultado foi homologado em 12.07.2025, convocamos os candidatos abaixo descritos para comparecer no prazo de **02 (dois) dias úteis**, a contar do recebimento desta, na Rua Nossa Senhora das Graças, 21, 2º andar, bairro Nossa Senhora das Graças, **das 8:00 às 11:00 ou 13:00 às 16:00hs**, para tomar conhecimento da relação dos documentos necessários à contratação para as funções públicas abaixo discriminadas:

Candidato	Classificação	Situação	Função
MAXIMILIANO BATISTA	23	CONVOCADO	Médico ESF

SARA HENRIQUES FARIA	24	CONVOCADO	Médico ESF
LUDYMILA SANTIAGO PEREIRA REIS	14	CONVOCADO	Psicólogo
CIRO MEDEIROS GOMES	15	CONVOCADO	Psicólogo
SHIRLEY DAIANE RODRIGUES GONÇALVES	38	CONVOCADO	Psicólogo Projeto APS

Pará de Minas, 08 de Outubro de 2025.

Gilberto Denoziro Valadares da Silva

Secretário Municipal de Saúde

Publicado por: Bárbara Alves Ferreira  
Código identificador: 15979

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE  
CERTIDÃO DE ELIMINAÇÃO - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 01/2024  
CERTIDÃO

Certifico que, após a devida publicação no Diário Oficial Eletrônico do Município, regido pela Lei nº 6.590/2021, o(s) **candidato(s) abaixo discriminado(s)**, aprovado(s) no Processo Seletivo nº 001/2024, foram devidamente convocados e decorrido o prazo para apresentação, **NÃO COMPARECERAM** para ciência da convocação e tomar conhecimento da relação dos documentos necessários à contratação para a função pública ao qual concorreu, estando, portanto, **ELIMINADOS** do referido processo.

Nome do Candidato	Cargo
Mauricio Jorge Carvalho V S De Lima	Agente de Combate a Endemias – Vaga de Interesse Excepcional
Edneia Dos Santos Resende	Agente de Combate a Endemias – Vaga de Interesse Excepcional
Sirlene Aparecida Da Silva	Agente de Combate a Endemias – Vaga de Interesse Excepcional
Edson Aparecido Da Silva	Agente de Combate a Endemias – Vaga de Interesse Excepcional

Pará de Minas, 08 de Outubro de 2025.

Gilberto Denoziro Valadares da Silva

Secretário Municipal de Saúde

Publicado por: Bárbara Alves Ferreira  
Código identificador: 15980

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE  
CONVOCAÇÃO - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 01/2024  
CONVOCAÇÃO

Atendendo ao Edital nº 001/2024 do Processo Seletivo Simplificado da Secretaria Municipal de Saúde de Pará de Minas, cujo resultado foi homologado em 27.04.2024, convocamos os candidatos abaixo descritos para comparecer no prazo de **02 (dois) dias úteis**, a contar do recebimento desta, na Rua Nossa Senhora das Graças, nº 21, bairro Nossa Senhora das Graças, **das 8:00 às 11:00 ou 13:00 às 16:00hs**, para tomar conhecimento da relação dos documentos necessários à contratação para as funções públicas abaixo discriminadas:

Candidato	Classificação	Situação	Função
Alessandra Aparecida Vieira Silva	117	CONVOCADO	Agente de Combate a Endemias – ACE – vaga de interesse excepcional

Adriana Diogo Almeida	118	CONVOCADO	Agente de Combate a Endemias – ACE – vaga de interesse excepcional
Vanessa Silva Da Cruz	119	CONVOCADO	Agente de Combate a Endemias – ACE – vaga de interesse excepcional
Antonio Francisco Pessoa Neto	120	CONVOCADO	Agente de Combate a Endemias – ACE – vaga de interesse excepcional

Pará de Minas, 08 de Outubro de 2025.

**Gilberto Denoziro Valadares da Silva**

Secretário Municipal de Saúde

**Publicado por:** Bárbara Alves Ferreira

**Código identificador:** 15981

**CÂMARA MUNICIPAL - DIVISÃO DE COMPRAS E GESTÃO DE CONTRATOS**  
**DECISÃO EM RECURSO ADMINISTRATIVO - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 01/2025**  
**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 32/2023 INTERESSADO: ESMARTY ESPECIALISTA EM**  
**MANUTENÇÃO DE ELEVADORES LTDA**

**1. RELATÓRIO**

Cuida-se de recurso administrativo interposto pela empresa Esmarty Especialista em Manutenção de Elevadores LTDA, em face da decisão que lhe aplicou as penalidades de multa de 20% sobre o valor do Contrato nº 01/2024 e de declaração de inidoneidade pelo prazo de 04 (quatro) anos, com fundamento no art. 87, IV, da Lei nº 8.666/1993.

O parecer jurídico nº 186/2025 opinou pela manutenção integral da decisão, ressaltando a gravidade das infrações contratuais e a legitimidade da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade em caráter amplo. Não obstante, a Presidência entende pertinente acolher parcialmente os argumentos apresentados pela defesa administrativa, pelos fundamentos que se seguem.

**2. DOS FUNDAMENTOS**

De início, cumpre ressaltar que a Administração Pública possui competência para rever seus próprios atos, seja de ofício, seja por provocação dos interessados, quando constatada a necessidade de corrigir ilegalidades ou ajustar a proporcionalidade das medidas adotadas. Tal prerrogativa encontra amparo no art. 53 da Lei nº 9.784/1999, que dispõe que “a Administração deve anular seus próprios atos, quando eivados de vício de legalidade, e pode revogá-los por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos”. Essa possibilidade reflete os princípios constitucionais da autotutela administrativa e da supremacia do interesse público, os quais norteiam a atuação estatal.

No caso em análise, embora comprovadas falhas graves na execução do contrato por parte da empresa recorrente, é necessário ponderar que a aplicação da penalidade de declaração de inidoneidade com efeitos nacionais poderia gerar consequências desproporcionais, não apenas à empresa, mas também a terceiros que dela dependem, como seus trabalhadores e parceiros comerciais. Nesse ponto, aplica-se o princípio da razoabilidade, insculpido no art. 37, caput, da Constituição Federal, segundo o qual a Administração deve observar a proporcionalidade das sanções, de modo a não comprometer a função social da empresa e a continuidade de contratos regularmente celebrados com outros entes públicos.

Assim, ao mesmo tempo em que se deve preservar a moralidade administrativa (art. 37, caput, CF) e a necessidade de responsabilização pelo inadimplemento contratual, deve-se também resguardar o princípio da proporcionalidade e da função social da atividade empresarial, previstos implicitamente no art. 170 da Constituição Federal. A Administração não pode ignorar que a sanção aplicada, se mantida em toda sua extensão, poderia inviabilizar a própria sobrevivência da empresa, resultando em prejuízos sociais e econômicos mais amplos que superam a finalidade punitiva do ato sancionador.

Portanto, revela-se mais adequado, no caso concreto, restringir os efeitos da penalidade ao âmbito do Município de Pará de Minas, aplicando-se o impedimento de licitar e contratar exclusivamente com este ente federativo, sem que a sanção se projete de forma automática sobre os demais órgãos e entidades da Administração Pública. Tal solução assegura a necessária reprimenda pela falha contratual, mas, ao mesmo tempo, observa os limites da razoabilidade e da proporcionalidade,

prevenindo que a medida gere efeitos desmedidos ou cause prejuízos indiretos a terceiros alheios à infração.

De igual modo, deve ser mantida a aplicação da multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato, já que restou caracterizada a inexecução parcial das obrigações, gerando ônus e transtornos à Administração. A multa, expressamente prevista em contrato e na legislação de regência, representa medida adequada e necessária para coibir condutas lesivas ao interesse público, em consonância com os princípios da moralidade, eficiência e indisponibilidade do interesse público.

Ressalte-se, por fim, que o parecer jurídico emitido opinou pela manutenção integral da decisão anterior, mas, como se sabe, os pareceres têm natureza opinativa e não vinculante. Assim, cabe à autoridade administrativa, com fundamento na discricionariedade conferida pela lei, avaliar os elementos do caso concreto e adotar decisão final que melhor atenda ao interesse público, ainda que em parte divergente da orientação jurídica apresentada.

### 3. DISPOSITIVO

Ante o exposto, acolho parcialmente o recurso interposto pela empresa Esmarty Especialista em Manutenção de Elevadores LTDA, com fundamento nos princípios da razoabilidade, proporcionalidade e autotutela administrativa, para:

8. a) manter a aplicação da multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor do Contrato nº 01/2024, nos termos da Cláusula Nona do contrato e do art. 87, II, da Lei nº 8.666/1993;
9. b) reformar a penalidade de declaração de inidoneidade, substituindo-a pela sanção de impedimento de licitar e contratar exclusivamente com o Município de Pará de Minas, pelo prazo de 04 (quatro) anos, em observância ao princípio da proporcionalidade e aos limites da competência sancionatória desta Casa Legislativa.

Pará de Minas, 02 de outubro de 2025.

**Délio Alves Ferreira**

**Presidente da Câmara Municipal de Pará de Minas**

**Publicado por:** José Carlos Moreira Júnior  
**Código identificador:** 15971

## **CÂMARA MUNICIPAL - DIVISÃO DE COMPRAS E GESTÃO DE CONTRATOS**

### **EXTRATO DE CONTRATO Nº 38/2025 PROCESSO DE COMPRA Nº 67/2025**

### **INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 20/2025**

**CONTRATANTE:** CÂMARA MUNICIPAL DE PARÁ DE MINAS, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 20.931.994/0001-77.

**CONTRATADA:** EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS (ECT) é inscrita no CNPJ sob o nº 34.028.316/0015-09 (filial – Superintendência Estadual de Minas Gerais), estabelecida na AV AFONSO PENA, nº 1270, Bairro CENTRO, na cidade de BELO HORIZONTE/MG, CEP: 30.130-003, e-mail: SE-MG@CORREIOS.COM.BR, telefone: (31) 3431-0675.

**OBJETO:** Aquisição de selos postais regulares junto à Empresa Brasileira e Telégrafos, para atender as demandas postais da Câmara Municipal de Pará de Minas.

**VALOR:** R\$ 4.995,00 (quatro mil, novecentos e noventa e cinco reais) conforme proposta constante nos autos.

**VIGÊNCIA:** O prazo de vigência da contratação, será de **12 (doze) meses**, a contar da assinatura do contrato, na forma da Lei 14.133/21.

**DATA DA ASSINATURA:** 30/09/2025.

**FUNDAMENTO LEGAL:** Lei 14.133/2021 - art. 74, I.

**DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:**

01.009.01.031.0003.4033 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE TODO O CORPO LEGISLATIVO

Elemento / Ficha

33.90.39.00.64– Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

Subelemento:

3.3.90.39.99 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

**Pará de Minas, 07 de outubro de 2025.**

**DÉLIO ALVES FERREIRA**

**Presidente da Câmara Municipal de Pará de Minas.**

**Publicado por:** Marina Luciana Gois dos Santos Vaz  
**Código identificador:** 15977

---

**CASA DOS CONSELHOS**  
**CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL**

**CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CMAS**

**RESOLUÇÃO n.º 022/2025**

O Conselho Municipal de Assistência Social – *CMAS* – *Pará de Minas*, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Federal nº. 8.742/93 alterada pela Lei 12.435/11– LOAS, pela Lei Municipal nº6019/2016 de acordo com o Regimento Interno, mediante Reunião EXTRAORDINÁRIA realizada no dia 07 de outubro de 2025:

**RESOLVE:**

**Art. 1** Aprovar a utilização dos Recursos disponíveis, e dos RENDIMENTOS DE APLICAÇÕES financeira proveniente do recurso emenda individual do **Termo de Colaboração nº 04/2024**, entidade ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE PARÁ DE MINAS – APAE - CNPJ: 18.416.891/000-27

**Art. 2** Aprovar o valor disponível dos rendimentos financeiros, conforme extratos bancários do credito do recurso e do saldo atual.

Esta RESOLUÇÃO entra em vigor na data de sua publicação;

Pará de Minas, 07 de outubro de 2025.

**CLEIDE PEREIRA ALVES**

Vice Presidente do CMAS – Pará de Minas

**Publicado por:** Aglia Campolina Leitão Mendonça  
**Código identificador:** 15973

---

**CASA DOS CONSELHOS**  
**CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL**

**CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CMAS**



## RESOLUÇÃO n.º 023/2025

O Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS – *Pará de Minas*, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Federal n.º. 8.742/93 alterada pela Lei 12.435/11– LOAS, pela Lei Municipal nº6019/2016 de acordo com o Regimento Interno, mediante Reunião EXTRAORDINÁRIA realizada no dia 07 de outubro de 2025:

**Considerando** a lei municipal **6702/2022** que dispõe sobre as concessões de **Aluguel Social no âmbito do Município de Pará de Minas** e contém outras providências,

**Considerando** a análise e parecer técnico emitido pela equipe de referência da Secretaria Municipal de Assistência Social, referente à situação de vulnerabilidade temporária do núcleo familiar da Sra. **Sabrina da Silva Oliveira**,

**Considerando** a deliberação ocorrida em reunião Extraordinária do Conselho Municipal de Assistência Social,

### RESOLVE:

**Art. 1º** – Fica concedido o **benefício eventual de Auxílio Moradia**, na modalidade **aluguel social**, ao **núcleo familiar da Sra. Sabrina da Silva Oliveira**, como medida de proteção social para garantir o direito à moradia digna, conforme previsto na Lei Orgânica da Assistência Social e demais normativas vigentes.

**Art. 2º** – O benefício terá caráter **temporário**, podendo ser reavaliado pela equipe técnica responsável, de acordo com o acompanhamento socioassistencial e a evolução da situação da família.

**Art. 3º** – Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

---

**CLEIDE PEREIRA ALVES**

Vice Presidente(a) do CMAS

Pará de Minas, 07 de outubro de 2025.

**Publicado por:** Aglia Campolina Leitão Mendonça  
**Código identificador:** 15976

---

## CÂMARA MUNICIPAL - DIRETORIA DE PROCESSO LEGISLATIVO E COMUNICAÇÃO

### PORTARIA Nº 118, DE 7 DE OUTUBRO DE 2025.

*Dispõe sobre ponto facultativo.*

O Presidente da Câmara Municipal de Pará de Minas, no uso de suas atribuições legais, considerando o art. 204 da Resolução nº 454, de 3 de maio de 2004, que disciplina o regime jurídico aplicável aos servidores da Câmara Municipal de Pará de Minas;

### RESOLVE:

**Art. 1º** Declarar ponto facultativo o dia 27 de outubro de 2025, segunda-feira, em virtude do Dia do Servidor Público.

**Art. 2º** Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Pará de Minas, 7 de outubro de 2025.

Vereador Délio Alves Ferreira

Presidente da Câmara

**Publicado por:** Marcos Vinícius Santos Viana

**Código identificador:** 15972

---